

Marx e o Marxismo 2015: Insurreições, passado e presente

Universidade Federal Fluminense – Niterói – RJ – de 24/08/2015 a 28/08/2015



TÍTULO DO TRABALHO			
FETICHISMO DA MERCADORIA E CONDIÇÕES DE TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL			
AUTOR	INSTITUIÇÃO (POR EXTENSO)	Sigla	Vínculo
Lucí Faria Pinheiro Hellen Silva Ferreira	Universidade Federal Fluminense	UFF	Professora Estudante
RESUMO (ATÉ 150 PALAVRAS)			
<p>Propõe-se apresentar reflexões recuperando na tradição marxista sobre a questão do fetichismo da mercadoria no processo de trabalho, aprofundando teoricamente a relação entre consciência e alienação como contradição que o Estado imprime nas instituições públicas. A base das reflexões refere-se às condições de trabalho que enfrentam os assistentes sociais no Rio de Janeiro, Niterói e outros municípios da região fluminense, interpretando-as como parte do processo de exploração do trabalho, no marco do capitalismo monopolista. Uma de suas principais crises do capital foi deflagrada no Brasil após os anos 1990, logo a pesquisa traz elementos atuais (2013) sobre os efeitos de um longo processo de reformas neoliberais sobre o Estado brasileiro e a desconstrução das conquistas democráticas.</p>			
PALAVRAS-CHAVE (ATÉ 3)			
Fetichismo da mercadoria, condições de trabalho, espaço público			
ABSTRACT (ATÉ 150 PALAVRAS)			
<p>It presents reflections was recovering in the Marxist tradition on the issue of commodity fetishism in the work process, study theoretically deepening the relationship between consciousness and alienation as a contradiction that the state print in public institutions. The basis of reflections are about the working conditions faced by social workers in Rio de Janeiro, Niteroi and other cities from the Fluminense region, interpreting them as part of the exploration of labor process with in the framework of monopoly capitalism. One of its main capital crisis was triggered in Brazil after the 1990s, so the research brings present elements (2013) on the effects of a long process of neoliberal reforms on the Brazilian State and the deconstruction of democratic gains.</p>			
KEYWORDS (ATÉ 3)			
Fetishism, work process, social workers			
EIXO TEMÁTICO			
Teoria do valor e antagonismo social			

FETICHISMO DA MERCADORIA E CONDIÇÕES DE TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL.

Lucí Faria Pinheiro¹

Hellen Silva Ferreira²

Introdução

Este artigo baseia-se no tema desenvolvido em *Consciência e Alienação, as condições de trabalho dos Assistentes Sociais no contexto das reformas do Estado* (PINHEIRO, 2014), extraído de pesquisa realizada pela equipe do LASSAL, Laboratório de Serviço Social, Movimentos Sociais e Novos Projetos Societários na América Latina, que realizou amplo levantamento das condições de trabalho dos assistentes sociais no Estado do Rio de Janeiro, abrangendo profissionais de áreas públicas das três esferas, municipal, estadual e federal, assim como profissionais vinculados a instituições privadas, este ficou limitado pela dificuldade de acesso às instituições. Propõe-se apresentar reflexões recuperando na tradição marxista a questão do fetichismo da mercadoria no processo de trabalho, aprofundando teoricamente a relação entre consciência e alienação como contradição que o Estado imprime nas instituições públicas na forma de desregulamentação de contratos de trabalho, diferentes formas de contrato dentro do mesmo espaço de trabalho para profissionais da mesma categoria.

A base das reflexões refere-se às condições de trabalho que enfrentam os assistentes sociais, interpretando-as como parte do processo de exploração do trabalho, no marco do capitalismo monopolista. Uma de suas principais crises foi deflagrada no Brasil após os anos 1990, logo a pesquisa traz elementos atuais (2013) de um longo processo de reformas neoliberais, processo esse que se instaurou logo após um período de grande luta da sociedade brasileira, que após longos anos autocracia burguesa no comando do Estado sob o regime militar, respira novos ares e se põe nas ruas com suas lutas por direitos que viriam a compor a constituição federal de 1998. As reformas neoliberais são uma afronta a essa conquista.

Manipulando os interesses da classe trabalhadora, a redução das intervenções do Estado na reprodução dessa classe, que a partir dessa nova lógica deveria ser apenas um regulador e não mais um interventor ativo nas expressões da *questão social*. Isso incide diretamente no campo de trabalho ocupado por assistentes sociais, e imprime uma direção

¹ Professora da Escola de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense-UFF.

² Licenciada em Serviço Social, mestranda em Política Social na Universidade Federal Fluminense.

ofensiva, que redundava numa desestruturação material e ideológica nos espaços de trabalho dos referidos profissionais. Intensificam-se as formas de estranhamento do trabalhador que acessa os serviços sociais, assim como, dos assistentes sociais cuja natureza do trabalho consiste em enfrentar os impactos da crise do capital no cotidiano da vida social, em especial daqueles que dependem da proteção social do Estado para sobreviver, como de políticas de saúde, educação, habitação, transporte, etc. A esfera pública é absorvida pela lógica do mercado e as regras econômicas determinadas pelo centro do capital. Logo, os direitos sociais são alvo da política econômica. As reformas sociais não refletem maiores conquistas sociais, mas o seu contrário, retrocessos, desemprego, precarização das condições de trabalho, intensificação da questão social e desconstrução do Estado democrático.

As relações de assalariamento domesticam o trabalho do assistente social, levando à alienação. As condições objetivas de autonomia e orientações do projeto profissional são a soma da estrutura e da ação, definidas em *análise histórica, estrutura e ação do sujeito* (IAMAMOTO, 2007, p. 416).

Com base em dados de pesquisa procuramos analisar as condições de trabalho como parte constitutiva do processo de desconstrução do espaço público, onde o capital atua frontalmente no sentido de esvaziar a noção de democracia, introduzindo novas contradições, dentre as quais destaca a divisão dos trabalhadores em categorias com organização distinta e desacreditada na sociedade. A reforma da estrutura produtiva na lógica da produção de valor é acompanhada de um redimensionamento intelectual das formas de exploração do trabalho no espaço público. Ou seja, se as políticas sociais representavam o mínimo de investimentos sociais necessário ao enfrentamento da crise econômica do pós-guerra, num contexto de guerra ideológica ou de guerra fria que registrou um mundo bipolar (Estados Unidos e União Soviética), trata-se no século XXI de subsumir o Estado em benefício do mercado como salvador dos pobres.

Estado e Mercado: a reflexão de Marx sobre a abstração da mercadoria.

Enderle (2011, p. 26), traduz a ideia que inaugura o debate de Marx contra a abstração que fazia Hegel da emancipação política como um fim, pondo um termo no Estado abstrato que nasce de tal suposição. Assim, seria na sociedade civil onde residem as relações que regem a propriedade privada, a origem da contradição entre emancipação política e emancipação humana. Esta representaria uma resolução social para além da esfera política. Sendo o Estado uma esfera universal que unifica os homens como pensava Bruno Bauer, o mesmo não representaria uma construção racional do homem por meio de uma construção histórica, mas a

abstração de um desejo não colocado em prática, se não se prevê uma libertação da propriedade privada e do poder soberano do cidadão burguês, logo do Estado como instância representativa dos seus interesses implícitos na sociedade civil. Neste Estado, os Direitos do Homem estão de costas para o ser genérico e é deste modo que tentam fixar os direitos civis do homem egoísta, então entregue aos seus interesses particulares na sociedade civil, que é indiferente à vida comunitária (FREDERICO, 2009, p. 96). Para Marx, os Direitos do Homem (o direito à propriedade, a igualdade jurídica, etc.) serviram para consagrar “a dissolução da sociedade burguesa em indivíduos independentes”, em seres privados voltados para os seus negócios, membros atomizados da sociedade civil. (Id. Ibid., p. 97). Na *Crítica ao Estado Hegeliano*, Marx passa a interpretar o Estado como expressão dos interesses privados, uma *essência alienada da propriedade privada*, superando a crítica abstrata do Estado político em Hegel. A partir de então, Marx adotará a propriedade privada como objeto de crítica da alienação (Idem, ibidem, p. 75).

Os limites da emancipação política surgem imediatamente no fato de o Estado se poder libertar de um constrangimento, sem que o homem se encontre realmente liberto; de o Estado conseguir ser um Estado livre, sem que o homem seja um homem livre (MARX, 1989, p. 13).

Na dialética de Marx, o ideal não é senão o material transposto e traduzido na cabeça do homem (MARX, Op. Cit., p. 154).

Ao tratar do segredo da mercadoria Marx toca no caráter fetiche nela contido. Ao identificar no Estado a essência alienada da propriedade privada, Marx interpreta também a mercadoria como sendo uma imagem inversa do conteúdo que lhe constitui. Para ele não há mistério no valor de uso porque este resulta da transformação da natureza em utilidade, porém após sua transformação em mercadoria, ganha nova aparência: abstraindo o trabalho individual, assim como, o trabalho social envolvidos no processo. Para Marx *O duplo caráter social dos trabalhos privados não se refletem no cérebro dos produtores senão sob a forma que lhes imprime o comércio prático, a troca dos produtos* (MARX, Op. Cit., p. 136).

A questão religiosa é resgatada por Marx para entender que no mundo da produção o Capital utiliza de sutilezas e argúcias para abstrair o social da mercadoria, atribuindo-lhe uma aparência

individual ou o seu caráter fetiche, a partir de então o autor observa tal aspecto em todas as demais esferas sociais. Na sociedade onde esta lógica é aceita e utilizada vastamente, nela, a religião é o reflexo do mundo real e o real passa a ser visto tão somente em seu aspecto aparente. Aqui não é possível chegar ao que o autor entende como emancipação humana, tendo em vista que a libertação é involucrada de interesses estranhos ao homem por inteiro. As relações transparentes e racionais entre os homens e destes com a natureza é uma condição para libertação ou emancipação humana. A desmistificação desse processo é oriundo da própria ação humana: *a obra dos homens livremente associados, agindo conscientemente e mestres de seu próprio movimento social* (MARX, 1977, p. 144).

Espaço Público, Condições de Trabalho e Reestruturação do Capital

Para Janieri as condições de trabalho são determinadas socialmente pelo próprio trabalho, isto é, elas são apesar de oriundas de uma realidade dada e acordada legalmente pelos trabalhadores, são inalienações do gênero humano: *conjunto de determinações que se relacionam com aquele que, de maneira geral, é entendido por inalienação: a privação, o distanciamento, a insuficiência sócio-histórica das expectativas pessoais*. As inalienações emergem da atividade inerente ao caráter humano, logo à negatividade resultante da forma alienada do próprio trabalho. A supressão destas condições de trabalho só é possível com a supressão da alienação. O trabalho alienado seria:

“a síntese de uma alienação genérica que penetra em todas as esferas da sociabilidade humana, pois a totalidade da apropriação do trabalho é uma realidade efetiva ancorada na falta de equilíbrio histórico entre produção, apropriação e redistribuição dos produtos da atividade do trabalho” (JANIERI, 2012, p. 119).

Que relações poderiam ser identificadas no trabalho do assistente social com as formas de alienação pensadas por Marx. Tal como mostram Infranca e Vedda (2012), a primeira tem influência feuerbachiana, consistindo numa não identificação do trabalhador em seu objeto de trabalho. Como toda a classe oriunda do trabalho este profissional não se beneficia dos

resultados do processo de exploração da natureza, sendo possível observar, a exemplo dos seguros de saúde privados, a venda de serviços tecnológicos mais aperfeiçoados, que dada a uma insuficiência de renda dos trabalhadores, é vendida a consumidores particulares. O aumento da qualificação profissional não leva o trabalhador a uma realização individual, tendo em vista um conjunto de necessidades sem correspondência ao atendimento de direitos sociais. O objeto de trabalho do assistente social não apresenta resultados que o permita realizar-se no plano individual e nem tampouco no plano profissional. A natureza da questão social inerente à divisão de classe no capitalismo se mantém na realidade particular dessa categoria profissional, apesar do acúmulo que tem de conhecimento crítico sobre a dinâmica do capital na realidade social.

Há uma segunda forma de estranhamento que se refere a “auto-alienação na atividade produtiva”: se o assistente social não se identifica no trabalho que realiza, concluindo que na prática a teoria é outra, ele não se realiza enquanto profissional, o que se observa no deslocamento entre os resultados obtidos e os objetivos almejados. A finalidade do trabalho é colocada de forma associada, na consciência profissional, entre as demandas sociais e o atendimento limitado ao mínimo de recursos previstos pelas políticas sociais, acordadas em cada governo. Independente de sua vontade, ao profissional não resta mais do que entender as contradições sociais e políticas que o capital imprime nos serviços públicos.

A *alienação do trabalho em relação à vida genérica* seria a terceira forma de estranhamento que o profissional tem em relação ao trabalho que desenvolve. Se a essência genérica significa identificação no trabalho não alienado, não há experiência do profissional especializado com a realização do gênero humano. Ele é fadado a manter-se no limite colocado ao seu trabalho pelo capital, devido a não possibilidade de neste espaço vislumbrar as mudanças almejadas pelos necessitados de seus serviços. Não podendo realizar esta passagem para a emancipação social, não há alcance da finalidade humana, a superação das barreiras colocadas pela natureza e, conseqüentemente, da lógica legal-formal que encobre a dinâmica do atendimento de direitos pelo Estado. A burocracia converte o homem em objeto e o transforma ele próprio em produto a ser manipulado e adaptado ao cidadão esvaziado da capacidade de transformação, logo um instrumento de manipulação. O assistente social faz parte dessa engrenagem, é um profissional que ao se constituir socialmente na lógica interna do estado de direito formal, suas ações respondem pela separação das ações dos sujeitos. Ou seja, ele é convencido de que sua existência social se encontra no atendimento aos direitos sociais, porém nos limites em que se realiza profissionalmente, ele cumpre um papel contrário aquele ao qual está preparado. Trata-se deste modo, de um trabalhador individual que não se realiza, pois no plano de sua subjetividade ele próprio é mutilado de suas potencialidades criativas e isto é

determinado pela essência da sociedade capitalista. O cálculo racional no curso da prestação de serviços e destinação dos recursos é constante no trabalho profissional, conforme observa Guerra (2010, p. 98), imprimindo a lógica mercantil como mediação principal.

A última forma apresentada por Marx de alienação é exercida pelo homem sobre si mesmo, diferente de uma vontade superior (VEDDA, INFRANCA, 2012, p. 26-29). Houve uma eliminação da essência humana quando o capital estabeleceu como essência da sociedade a propriedade privada. A divisão de classe seria assim, o fosso que separa o homem de sua essência e, logicamente, de sua emancipação, o encontro consigo mesmo. Essa realidade é dada pela estrutura do capital, mas ao ser entendida como inexorável, ou seja, não compete a um setor em particular o poder de emancipação, há um risco de se naturalizar relações historicamente construídas de domesticação humana e torná-las objeto de interesses privados. A formação profissional é um instrumento fundamental quando capaz de iluminar o desvendamento das contradições do trabalho, contudo ela não é suficiente, restando-lhe o objetivo de estabelecer conexões do intelecto com a realidade e desta com a ação política organizada de toda a classe que depende do trabalho. A vivência da essência genérica se faz no cotidiano por meio de relações solidárias em benefício da emancipação da classe, visando romper com as lacunas que separam o ser do fazer, o intelecto do trabalho que realiza. Isto significa criar mecanismos verdadeiramente democráticos e politizar o cotidiano esvaziado aparentemente de essência genérica, da força necessária para superar radicalmente a sociabilidade dada pelo capital. Para Marx isto é necessário para que a prática seja suficientemente transformadora e inverta as relações políticas, econômicas e sociais que encobrem a realidade.

Nesse sentido, os servidores públicos são submetidos à mesma lógica empregada pela empresa privada, onde são introduzidas condições de alienação que antes eram dissimuladas pela burocracia, enquanto necessidade de tornar transparente e universal o uso dos recursos públicos. A burocracia reproduz “*diferentes mecanismos institucionais (poder soberano, legislativo e governativo; administração; jurisdição; corporações, entre outros) que estabelece um caminho à sociedade de reprodução da pobreza*, como menciona Filho (2011, p. 20-34). Antunes (2012), ao mostrar que imperam entre os desempregados e precarizados as formas mais desumanas de trabalho, conduz-nos ao entendimento de que as alienações operam no cotidiano dos indivíduos e se ampliam quanto mais elas são absorvidas de forma natural em suas vidas, sem uma elaboração consciente. Como refere Lukács, *se habitua a determinada dependência coisificada e isso propicia [...] uma adaptação geral também nos confrontos entre dependências estranhada*” (LUKÁCS, apud ANTUNES, idem, p. 62-63).

Conclui-se daí, que a burocracia renovou a domesticação do trabalhador via tecnologias informacionais. Ela é uma das engrenagens mais utilizadas para a expropriação do tempo de trabalho, sobretudo no âmbito de profissões na área das ciências sociais aplicadas, onde o exercício da regulação e controle social sobre a população e a culpabilidade atribuída à mesma pelo aumento da pobreza, retorna sobre si mesmas, porém sem que atentem para a funcionalidade que exercem para a lógica do capital. É deste modo que a burocracia se torna natural para os profissionais e eficiente mecanismo de esvaziamento dos valores democráticos. Estes, que foram levantados noutras fases do Estado moderno para combater a política tradicional e institucionalizar os valores políticos burgueses, na sociedade urbana-industrial.

Filho (2011, p. 178) analisa que objetivamente a administração pública se baseia em *um conjunto de componentes ético-políticos que não expressam as finalidades vinculadas a uma dimensão pública de universalização de direitos*, o que significa mais do que uma articulação, uma relação estreita entre a administração pública e a administração empresarial. A reforma administrativa e a reforma do Estado têm relação dialética com a reestruturação produtiva. Elas são aparentemente distintas, porém orientadas por um mesmo projeto, onde nenhuma tem autonomia frente à outra, ambas operam uma contrarreforma centrada no mercado e na ofensiva à universalização dos direitos. (p. 219-220)

Deslegitimação da Democracia e a Diversificação dos Contratos e Trabalho

A instabilidade econômica é um fenômeno que cria o tempo parcial de trabalho e conseqüente redução de renda, leva ao acirramento da competitividade e reduz o tempo de descanso e lazer, no conjunto dos profissionais pesquisados a maioria constando de 63% dos entrevistados, possuem casa própria, contra 16% que vivem em casa alugada e ainda 12% que vivem em casa com outros parentes, e não são os responsáveis pelo sustento da casa.

A junção do capital bancário e industrial produz uma revolução de base microeletrônica, proporcionando uma nova maneira de produzir e gerir o trabalho, o resultado é diminuição da demanda de trabalho, conseqüentemente há aumento da população sobrando, acirramento da questão social, que se constitui base sócio-histórica do trabalho do assistente. (IAMAMOTO, 2010).

Esse traço atinge frontalmente a vida da mulher trabalhadora, em especial as assistentes sociais que sofrem diretamente tais mudanças, pois apesar da profissão ser regulamentada como liberal, não exerce essa função na sociedade brasileira e necessita de um

empregador, possuindo relativa autonomia, pois precisa respeitar as decisões institucionais, mesmo que procurando formas de atender da melhor forma possível os usuários de seus serviços, seguindo as diretrizes do código de ética profissional.

“Esforços tem sido empreendidos no sentido de desmistificar e ultrapassar uma visão disciplinadora e controladora quanto ao valor de uso da força de trabalho desse profissional. Hoje questiona-se aquelas requisições tradicionais que o tornam um agente útil no disciplinamento dos cidadãos, exercendo tutela ou paternalismo para que as pessoas se enquadrem e se integrem no circuito instituído.

O Código de Ética do assistente social, a democratização do debate profissional impulsionado por suas entidades representativas e os resultantes da revisão curricular dos anos 1980 contribuíram para construir um projeto profissional em uma outra direção social, contraposta à anteriormente mencionada”. (IAMAMOTO, 2010, p. 71)

Entretanto as reformas presenciadas no momento atual incidem mais fortemente nas condições de materialização do código de ética. Os novos tempos incidem sobre conquistas da categoria profissional como a recente aprovação da Lei número 12.317 de 2010, que garante a redução da carga horária da categoria profissional para 30hs semanais sem redução salarial. Esse direito, devido à política de contenção de gastos públicos, tem sido em muitos casos descumpridos, havendo a necessidade de mover liminar judicial para a aprovação da lei, assim como, uma mudança de nomenclatura para a contratação de profissionais de Serviço Social.

O profissional sofre com suas condições de trabalho E, ao mesmo tempo, assiste a esse acirramento no seu objeto de trabalho, a questão social, entendida aqui como as contradições geradas na sociedade desigual gerida pelo capital, onde quanto mais se desenvolve, mais agudiza a desigualdade.

O Serviço Social tem na questão social a base de sua fundação como especialização do trabalho. Questão social entendida como o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se

privada, monopolizada por uma parte da sociedade”. (IAMAMOTO 2010, p. 27)

Considerando o setor da saúde um dos que mais empregam estes profissionais, compreendendo 51,25% dos profissionais pesquisados seguido do setor de Assistência Social que emprega 13,75% é preciso considerar que é onde atuam de forma mais ofensiva ameaças de reformas sociais liberais, por meio de empresas privadas que recrutam os trabalhadores para o setor, dividindo a prestação de serviços com servidores concursados, causando certa diferença entre os profissionais que possuem a mesma formação, atuam no mesmo trabalho, mas possuem salários diferentes.

Dentre os assistentes sociais pesquisados na região fluminense, 34% têm mais de um emprego, enquanto a maioria pesquisada, porta contratos estáveis e mantém apenas um emprego. Esse dado apresenta desdobramentos, entre os estáveis, o nível de estatutários não chega a 40%, eles se dividem entre o contrato de regime CLT (16,25%). Essa divisão entre os profissionais se agrava com o fato de que 29% são regulados por contratos temporários. O sistema misto de contratos na esfera pública esvazia também a qualidade dos serviços públicos e cria uma ferramenta interna de combate à universalização do acesso e, logo, encaminha a pauta conservadora de privatização dos serviços básicos. Ao refletir sobre o estranhamento causado pelo processo de trabalho, observa-se um silêncio dos portadores de contratos diversificados, que colabora para que a realidade não se apresente em sua essência, como se não houvesse uma tensão interna permanente entre os sindicalizados e os não organizados, os assalariados terceirizados e os concursados, os terceirizados e os contratados pela instituição por seleção pública simplificada, um dos principais traços das reformas conservadoras, as consequências na democracia interna, estabelecida historicamente, na composição paritária entre os seguimentos de servidores, na participação das decisões.

As disputas tornam-se despolitizadas, desrespeitam as deliberações das bases e estas são com frequência, surpreendidas por medidas verticais do centro do poder e a exemplo do âmbito federal, já articuladas desde a cúpula em Brasília.

Foi constatado, também na realização da pesquisa uma dificuldade de materializar os princípios do Código de Ética Profissional como relatado pelos profissionais, dentre os quais 57% afirmaram terem pouco poder de decisão dentro da instituição empregadora, mas que continuam a reforçar a autonomia profissional.

Todo esse complexo sistema de gestão do trabalho se alimenta das diferenças salariais no mesmo espaço e mesmo nível de atuação: no caso dos assistentes sociais 43% ganham menos de três salários mínimos e 30% acima de cinco salários mínimos.

A responsabilidade em prover a família, de um lado, ou de dependência financeira, por outro lado, cresce de forma proporcional à flexibilização das relações de trabalho, provocando maior pobreza dos trabalhadores e suas famílias.

As capacidades, habilidades, etc. desenvolvidas no cotidiano profissional se voltam para a vida do sujeito, indo além do processo mesmo de trabalho. Fortes (2012, p. 73), ao focar as categorias objetivação, inalienação e alienação, explica que a essência ontológica do trabalho reside no sujeito do trabalho, determina o seu fazer e o seu ser como sujeito do processo de trabalho.

Uma materialização do estranhamento, em forma de contratos diversificados numa mesma frente de trabalho forma uma cultura competitiva, tornando naturais e legitimando sem crítica os retrocessos democráticos, o que rebate diretamente na organização política dos profissionais. Apenas 25% destes afirmam estar engajados em sindicatos e movimentos sociais, contra 66% que se isolam e não opinam sobre as condições de trabalho junto às organizações da categoria. Destes, um total de 53% não participam nem mesmo em sindicatos. Ora, os estáveis tampouco se organizam, enquanto os terceirizados não encontram tempo disponível e nem espaço legítimo de organização para conduzirem suas lutas trabalhistas. Dentre todos os profissionais pesquisados que no total dos sindicalizados ou não, 93,4% declararam estarem atualizados, dentre os quais 60% mantém contato com academia de diferentes formas como mestrado, supervisão de estágio entre outras formas.

CONCLUSÃO

O presente texto procurou apresentar a complexidade enfrentada pelos assistentes sociais no contexto do trabalho no capitalismo contemporâneo, com base na atuação do Estado na região fluminense, a partir de pesquisa realizada no ano de 2013 que sofre os rebatimentos de reformas do Estado. Problematizamos as contradições entre o evento de uma consciência crítica e a determinação da lógica do mercado interferindo nos princípios coletivamente assumidos em defesa do Estado democrático.

Esse conjunto de situações é ilustrado com a presença da burocracia alterando os fluxos da autonomia profissional, engessando as possibilidades de garantia de qualidade dos serviços, impressos necessariamente numa lógica que respeite os princípios defendidos pelos

trabalhadores organizados. Dentre estes, a formação dos assistentes sociais capacitados para imprimir em seu cotidiano profissional os preceitos democráticos que regem a esfera pública. As políticas sociais são os espaços exclusivos de manifestação da questão social, particularmente por constituir a materialidade dos direitos sociais, em forma de distribuição de recursos e serviços necessários a vida em sociedade.

O trabalho é o meio fundamental de sociabilização e realização do ser social, contudo, a incompatibilidade desse projeto com os interesses do capital cria permanentemente uma tensão entre a tendência racional de construção autônoma do processo de emancipação humana e os meios de organização das necessidades. A organização coletiva dos trabalhadores encontra seus maiores limites na fase atual da crise do capital, devido em parte à lacuna que a apropriação das novas tecnologias informacionais impõe para a realização do ser social. Ou seja, os avanços tecnológicos são utilizados para ampliar o tempo de trabalho e distanciar o homem de suas organizações coletivas, beneficiando assim, os padrões competitivos determinados internacionalmente pelo centro do capital, enquanto ao trabalho compete consumir sem crítica os bens produzidos.

O Serviço Social é atingido de diferentes formas pela questão social: como profissão de mediano valor, que pouco poder tem sobre o trabalho que desenvolve, e como resultado da ação de profissionais submersos em uma lógica burocrática que se viabiliza por meios humanos e não apenas tecnológicos de preservar a ordem. A passividade, resistência conservadora às entidades democráticas apontam para uma opção individualizada de respostas à forma como as desigualdades sociais rebatem na vida do trabalhador. Um traço dos profissionais em atividade é a não filiação aos sindicatos, baixo nível de participação em movimentos sociais, adesão a contratos de trabalho temporários, desníveis salariais e diversidade de contratos, o que produz hierarquias na categoria e autonomia mínima e relativa, sobrecarga de trabalho, etc. Estas são características que reforçam o traço de classe dos assistentes sociais e, portanto, os desafios que suas entidades têm produzido enquanto consciência e luta política, de forma articulada com a classe trabalhadora em suas diversas formas de organização, mediante um projeto de sociedade radicalmente em defesa dos interesses dessa classe, muito embora a juventude não dependa tão somente de uma formação crítica para enfrentar os problemas estruturais e defender direitos sociais. A crise de organização política está associada à sociabilidade burguesa, hoje bastante sofisticada e intensiva após o domínio do capital financeiro e das novas tecnologias na instrumentalização e reprodução da vida social.

Referências

ANTUNES, R. Hacer en-contra y más allá del trabajo. Herramienta. Revista de debate y crítica marxista. Buenos Aires: Herramienta Ediciones, v. 44, jun. 2010. p. 39-46.

_____. Los ejercicios de la subjetividade. Las cosificaciones inocentes y las cosificaciones alienadas. (Org.) INFRANCA, A., VEDDA, M., La alienación: historia y actualidad. Buenos Aires: Herramienta Ediciones, 2012, p. 47-66.

FILHO, R. de S., *Gestão Pública & Democracia: a burocracia em questão*. Rio de Janeiro: Lumen Juris Editora, 2011.

FORTES, R. V. Las categorías de objetivación (Vergegenständlichkeit), enajenación (EntäuBerung) y alienación (Entfremdung) em el último Likács. (Org. VEDDA, M., INFRANCA, A.) *La alienación: história y actualidad*. Buenos Aires: Herramienta Ediciones, 2012. pp. 67-89.

FRANÇA, T. Novo sindicalismo no Brasil. Histórico de uma desconstrução. São Paulo: Editora Cortez, 2013.

GUERRA, Y., Serviço Social: Dilemas da precarização e estratégias de enfrentamento. In (Org. COSTA, M. G., PRÉDES, R., SOUSA, R.) *Crise Contemporânea e Serviço Social*. Alagoas: Edufal, 2010. pp. 85-110.

IAMAMOTO, M. V., Serviço Social em Tempo de Capital Fetiche. São Paulo: Cortez Editora, 2007.

_____. O Serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional. São Paulo: Cortez Editora, 2010

JANIERI, J. El fenómeno alienación y su atualidade como contenido de la crítica al capital: todavia Marx. (Org. VEDDA, M., INFRANCA, A). La alienación: história y actualidad. Buenos Aires: Herramienta Ediciones, 2012. p. 109-125.

LUKACS, G. História e Consciência de Classe. Estudos de Dialética Marxista. Porto: Publicações Escorpião, 1974.

_____. Problemas da Ética. Trad. COUTINHO, C. N., NETTO, J. P. O Jovem Marx e outros escritos de filosofia. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2007, p.71-76.

_____ Prolegômenos para uma Ontologia do Ser Social. São Paulo: Boitempo Editorial, 2010.

MARX, K. A Questão Judaica. Disponível em: http://www.lusosofia.net/textos/marx_questao_judaica.pdf Acesso em: 30 de setembro de 2012.

NETTO, J. P. Ditadura e Serviço Social. Uma análise do serviço social no Brasil pós-64. São Paulo: Cortez Editora, 1991.

NETTO, J. P., “La construcción del Proyecto ético-político del Servicio Social frente a la crisis contemporânea”. In Servicio Social Crítico. São Paulo, São Paulo, Editora Cortez: 2003, (p. 271-296).

PINHEIRO, L. F. “CONSCIÊNCIA E ALIENAÇÃO. As condições de trabalho dos Assistentes Sociais no contexto das reformas do Estado”, In (Org. PINHEIRO, L. F.) Políticas sociais e crise democrática. Construções históricas e resistências. Niterói, Rede de Pesquisadores, p. 51-61. http://www.uff.br/lassal/images/Livro_2014_Site_Lassal.pdf

VEDDA, M., INFRANCA, A. La alienación: história y actualidad. Buenos Aires: Herramienta Ediciones, 2012. p. 9-30.